

# Tempo & Argumento

e-issn 2175-1803

## Movimento Escola Sem Partido e a escalada da direita no Brasil

### Entrevista com



**Fernando de Araújo Penna**

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Niterói, RJ - BRASIL

[lattes.cnpq.br/9967596498287478](http://lattes.cnpq.br/9967596498287478)

[f\\_penna@yahoo.com.br](mailto:f_penna@yahoo.com.br)



[orcid.org/0000-0002-6886-4679](https://orcid.org/0000-0002-6886-4679)

### Entrevista concedida à



**Silvia Vitorassi**

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

Florianópolis, SC - BRASIL

[lattes.cnpq.br/3514005107352549](http://lattes.cnpq.br/3514005107352549)

[vitorassi.silvia@gmail.com](mailto:vitorassi.silvia@gmail.com)



[orcid.org/0000-0002-3446-4984](https://orcid.org/0000-0002-3446-4984)

#### Para citar esta entrevista:

PENNA, Fernando de Araújo. Movimento Escola Sem Partido e a escalada da direita no Brasil. [Entrevista realizada em 08 de outubro de 2020]. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 13, n. 34, e0601, set./dez. 2021. Entrevistadora: VITORASSI, Silvia.



[dx.doi.org/10.5965/2175180313342021e0601](https://dx.doi.org/10.5965/2175180313342021e0601)





Fernando de Araújo Penna é Diretor da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF) e parte do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutor e Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e bacharel e licenciado em História pela mesma universidade. Atualmente é líder do grupo de pesquisa "Núcleo de Estudos em Educação Democrática" (NEED). Tem dedicado suas pesquisas mais recentes aos temas: educação democrática, ensino de história e "escola sem partido".

Esta entrevista foi desenvolvida na disciplina de *História do Tempo Presente: Teoria e Historiografia*, do curso de Doutorado em História da UDESC, ministrada pelo professor Dr. Rogério Rosa Rodrigues. Com área de concentração em História do Tempo Presente, o PPGH da UDESC tem como objetivo preparar profissionais para a pesquisa e a produção de conhecimento histórico nesta área e conta com três linhas de pesquisa: Culturas Políticas e Sociabilidades – à qual estou vinculada e sendo orientada pela Professora Dra. Luciana Rossato –, Linguagem e Identificação e Políticas de Memória e Narrativas Históricas.

O motivo que me levou a entrar em contato com o Professor Dr. Fernando de Araújo Penna foi o encontro que tivemos na UFRGS em 2018, no 10º Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História<sup>1</sup>, que aconteceu junto com a 23ª Jornada do GT de Ensino de História e Educação da Anpuh/RS. Naquele ano, Penna coordenou o Grupo de Reflexão Docente *Ameaças à educação democrática e ao ensino de História: relatos de casos, experiências de resistências e problematizações pedagógicas*, no qual eu apresentei um texto parcial sobre a minha pesquisa de Mestrado do ProfHistória, que estava em desenvolvimento na época e abordava a defesa do uso das redes sociais no Ensino de História.

A partir daquele momento, procurei conhecer o trabalho desenvolvido por Fernando Penna e, quando o Professor Rogério nos apresentou a proposta de entrevista como atividade da disciplina, eu logo pensei que o trabalho desenvolvido por ele poderia ser muito agregador na minha pesquisa sobre o papel da mídia na construção do discurso do Escola Sem Partido.

---

<sup>1</sup> Os anais do evento podem ser acessados neste link: <https://www.ufrgs.br/lhiste/anais-perspectivas-do-ensino-de-historia/>. Acesso em 26/10/2020.

Sendo assim, às 11h04min do dia 08 de outubro de 2020, eu, em Florianópolis, e o Professor Fernando, no Rio de Janeiro, nos reunimos em uma vídeochama através da plataforma Google Meet<sup>2</sup>, para a realização da entrevista intitulada *Movimento Escola Sem Partido e a escalada da direita no Brasil*, que contou com a participação do professor Rogério R. Rodrigues, da professora Luciana Rossato e de alguns colegas de turma.

Em um contexto de “novo normal”<sup>3</sup>, a reunião virtual nos exigiu enfrentar problemas de conexão, de ordem climática que acabaram interferindo na distribuição de energia do professor Fernando e barulhos externos, porém, após algumas interrupções, a entrevista seguiu conforme o planejado. Contemplando um roteiro definido anteriormente, as perguntas giravam em torno de eixos como: História do Tempo Presente; O lugar do ensino de História diante das demandas do Tempo Presente; Ascensão da direita no Brasil; Pluralidade de ensino e democracia; Ensino de História; O papel das mídias na construção de uma opinião pública a respeito do Escola Sem Partido; Diálogos possíveis; todos estes conectados ao tema central: o Movimento Escola Sem Partido.

As páginas que seguem abaixo são o resultado deste encontro que foi muito proveitoso e trouxe reflexões importantes sobre a chamada “onda conservadora” que vimos crescer fortemente nesta década.

**Tempo & Argumento:** *Para começarmos, eu gostaria de iniciar a entrevista perguntando para o senhor quais são as principais reivindicações do Escola Sem Partido e como elas atingem o cotidiano da comunidade escolar?*

**Fernando de Araújo Penna:** Para responder essa pergunta, primeiro precisamos diferenciar a maneira como eles formulam essas reivindicações, essas demandas, o que nós entendemos dessas demandas e o que uma parcela da sociedade entende. São três dimensões importantes para pensar.

Formalmente, qual é a demanda do Movimento Escola Sem Partido? Eles entendem que o professor é um burocrata, e aqui eu estou pegando citações literais do coordenador e do site. O professor é alguém – isso foi falado pelo advogado Miguel Nagib em uma audiência pública na Câmara dos Deputados, no dia 14 de fevereiro de 2017, eu

---

<sup>2</sup> Google Meet é um serviço de comunicação por vídeo desenvolvido pelo Google. É um dos serviços que substituem a versão anterior do Google Hangouts.

<sup>3</sup> Termo bastante difundido no contexto de enfrentamento da Pandemia do novo Coronavírus no ano de 2020, principalmente no que concerne à adaptação dos profissionais de diversas áreas ao “home office”.

sei pois precisei revê-la recentemente – que aplica a lei e pune de acordo com ela e, que os professores não poderiam mobilizar valores em sala de aula, não poderiam falar sobre a realidade dos estudantes.

Partindo dessa visão de escola – que se aproxima muito da definição de Paulo Freire de educação bancária –, é como se o professor não tivesse autonomia nenhuma, ele tem que transmitir conhecimentos que foram pré-determinados por outros e o aluno tem que receber sem falar da realidade dele, tem que estar ali para “adquirir” aquele conhecimento.

Frente a essa visão da docência, da escola, do processo, para nós, de construção do conhecimento histórico escolar, quais são as demandas? Eles gostariam que os professores fossem neutros. Usam o termo “neutralidade” para isso: o direito da educação moral seria responsabilidade exclusiva da família e, com isso, o professor não poderia falar de nada que envolve valores em sala de aula. E a demanda é essa, que o professor não mobilize valores, que ele não fale sobre isso, ele teria que se manter neutro dentro dessa concepção.

Explicitamente eles querem combater o quê? O que eles chamam de doutrinação ideológica. É um movimento criado para combater a doutrinação ideológica que eles percebem disseminada em todo o país. Chegam a apresentar evidências que corroboram o discurso sobre a disseminação desde a educação básica até o ensino superior.

E por que eu falei da necessidade de primeiro dizer como eles formularam essas demandas? Pois é assim que eles formulam grosso modo; há nuances, mas, de maneira geral, é isso. Agora qual é a questão? É a nossa compreensão dessa demanda. Como eu falei, se eles partem de uma concepção de educação em que o professor é um burocrata, não pode falar sobre questões atuais, eu tenho insistido que o projeto não se trata de [a escola ter um partido]... porque o nome é enganador. Quando você escuta “Escola Sem Partido” a tendência inicial de alguém que não conhece a discussão é falar *não, a escola realmente não pode ser de um partido X ou Y*. Só que eu insisto que não é isso que está em jogo.

O que está em jogo é um projeto de escola que tenta destruir a dimensão educacional da escola. Então essas demandas querem cercear a atividade do professor, especialmente quando envolve a discussão de temas que incomodam a esse discurso reacionário

desses grupos reacionários conservadores. Eles atacam especialmente a discussão de gênero e sexualidade; é um dos alvos prediletos. Eles atacam discussões sobre racismo, todas as formas de combate à opressão são atacadas. E esse é um fato importante, entender que a maneira que eles formulam é essa: *queremos combater a doutrinação ideológica*, porém, o que eles chamam de doutrinação ideológica é o que nós entendemos como educação.

Agora, como falei, há uma terceira dimensão, que é a do grande público. Qual é a problemática? Algumas pessoas, e isso acontece com qualquer profissional, realmente viveram situações nas quais professores adotaram práticas que podem ser questionadas. E podem ser questionadas tanto de maneira legítima quanto de maneira ilegítima, razoável ou não razoável... Quando essas pessoas escutam superficialmente essa ideia do combate à doutrinação, elas podem aderir ao movimento. O problema é que muitas vezes o campo progressista – e estou pensando o campo acadêmico dentro desse campo progressista – responde: *a neutralidade não existe* ou *não se pode pedir isso ao professor pois não tem como acontecer*, afinal, se não existe é uma questão que não se coloca.

Porém, essa pessoa que não conhece o cotidiano da escola, não conhece as discussões educacionais. Ela pode falar *olha, eu já vi casos, existem sim* e quando o professor argumenta que não existe neutralidade, isso pode soar para essa pessoa como *então o professor pode fazer o que ele bem entender em sala de aula*. Percebe? E isso é um dos problemas que a gente enfrenta atualmente: como pensar essas nossas respostas não só de acordo com o conhecimento acadêmico; na discussão sobre epistemologia, a ideia de neutralidade já caiu há muito tempo, mas no espaço público, no debate público, se nós só dissermos que a neutralidade não existe e não reconhecermos também os limites éticos da nossa atuação, isso pode fazer com que pessoas concedam a sua adesão para essa reivindicação do Escola Sem Partido e se coloquem contra, por exemplo, os professores que são contrários à iniciativa. Então é uma pergunta complexa por conta dessas diferentes facetas.

**Tempo & Argumento:** *Pensando a História escolar como disciplina que reflete sobre as ações humanas e sua diversidade, qual a potência política e cultural da escola de forma geral, e do ensino de História, em particular, no enfrentamento dessa onda de negacionismo e polarização política da atualidade?*

**Fernando de Araújo Penna:** Eu acho importante, primeiro, reafirmar que eu entendo que esse poder de transformação é muito grande. Na minha formação eu fui orientando da Professora Dra. Ana Maria Monteiro<sup>4</sup>, tanto no Mestrado quanto no Doutorado, e participei da pesquisa dela sobre professores marcantes, ou seja, professores que tocaram a vida dos estudantes de uma maneira tão significativa que esses estudantes acabaram indo fazer História por causa deles.

E sempre que eu falo sobre essa pesquisa, ou vejo a professora Ana apresentando, isso me mostra que o ensino de História e a atuação desses professores têm um poder transformador inquestionável, muda a vida das pessoas, mas ao mesmo tempo também é importante não colocar sobre a escola um peso extraordinário, como se só a escola fosse resolver o problema da baixa densidade democrática no Brasil ou algo assim.

Então é situar. Eu defendo que existe um poder muito grande mas ele também não é absoluto, para não nos frustrarmos achando que só, por exemplo, dois ou três tempos por semana de História vão mudar toda a realidade brasileira. Então é entender que existe um poder, mas esse poder tem as suas limitações.

E falando especificamente sobre o ensino de História, lembro que no início do debate – eu comecei a debater o Escola Sem Partido no início de 2015, e a intensificação foi em 2016 – eu falava que um dos alvos principais do Movimento Escola Sem Partido são as disciplinas da área de Ciências Humanas como História, Filosofia, Sociologia – e continuo achando que é um dos focos de ataque –, e “*apanhei muito*” quando falava isso no início.

Ao participar de um evento em uma faculdade de educação, com alunos de diferentes cursos, eu falava: *o alvo é a História e a Sociologia*, mas aí levantava um professor de Matemática e falava: *não, eu sou um professor progressista e sou também censurado*. Então, na verdade, é

---

<sup>4</sup> Professora titular aposentada da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mais informações em: <http://lattes.cnpq.br/6098382779643532> Acesso em 26/10/2020.

um ataque a essa dimensão que nós chamamos de uma formação crítica, podendo ser de qualquer disciplina. As disciplinas de Ciências Humanas, por lidarem com essa realidade social são o foco mais óbvio, mas qualquer professor pode ser questionado, de diferentes disciplinas. Agora, estudando História, você vai falar de História recente, de Ditadura...

Inclusive Ditadura é um dos temas que é foco desse ataque. Como assim? Esse ataque... vou tentar falar de uma maneira mais ampla, esse ataque que estamos vivendo à democracia, esse movimento autoritário, tem como um dos seus elementos centrais o anti-intelectualismo, o combate ao conhecimento científico, ao conhecimento seguro, ao conhecimento escolar. Por quê? Os discursos reacionários desses movimentos autoritários se calcam muito no uso de *fake news*, de revisionismo histórico, então, se você acredita no professor de História, se você acredita no conhecimento acadêmico, você vai acreditar que existe aquecimento global, que a ditadura foi algo pernicioso para a nossa história. Como eles querem questionar isso tudo, vão atacar os que produzem esse conhecimento tanto no nível acadêmico quanto na escola, ao conhecimento histórico escolar.

Esse é um elemento central: o reacionarismo enquanto movimento mais amplo precisa atacar o professor, a escola, a universidade. E aí eu volto, um dos itens que estavam lá no site<sup>5</sup> do Escola Sem Partido, tinha uma aba chamada “Flagrando o doutrinador”, que dizia o seguinte “você está sendo vítima de doutrinação ideológica quando o seu professor se desvia frequentemente da matéria da disciplina para falar de assuntos do noticiário político ou internacional”, e aí você pensa em uma aula de História: *como assim?*

Inclusive esse foi um dos dados que nós encontramos na pesquisa da Professora Dra. Ana Maria Monteiro sobre os professores marcantes, uma das características desses professores era o fato de que esses professores dialogavam com os conhecimentos dos alunos, dialogavam com a realidade dos estudantes e isso para nós, no campo do ensino de História, não vemos questionamentos sobre a necessidade de dialogar com a realidade dos estudantes. Essa é uma discussão que se pode fazer de forma mais profunda.

---

<sup>5</sup> <https://www.escolasempartido.org/> Acesso em 26/10/2020.

Mas é isso. A concepção por trás do Movimento Escola Sem Partido inviabiliza o ensino de História crítico que defendemos, inviabiliza pensar o ensino de História dentro da chave de uma educação democrática comprometida com o combate a todas as formas de opressão em sala de aula, que se convertem em exclusão dos alunos. Se você não combate o racismo, o aluno negro está sendo excluído, ele não vai ter acesso ao seu direito à educação.

Acho que é importante entender isso: a escola tem um poder de transformação muito grande. Quanto ao ensino de História, nós defendemos esse poder também quando dialogamos com o presente, com a realidade dos estudantes e, é isso que eles entendem como o que deve ser atacado. Faz parte entender esse ataque, que é um ataque a essa dimensão emancipadora que estamos discutindo.

Isso fecha um círculo. É óbvio que o ensino de História tem um papel agora em fortalecer de novo a democracia, tem um papel em combater esse autoritarismo, tanto ao discutir historicamente esse fenômeno quanto na contribuição que a metodologia da História tem a dar para o ensino de História. Entender que operamos com diferentes fontes, em cada fonte perceber quem produziu e porque produziu, ou deixou de produzir, quando foi feito e com qual suporte, essas são características da metodologia do historiador que podem ser apropriadas ao ensino de História para pensar a formação desse cidadão crítico. É interessante que possam aprender isso interpretando fontes em uma aula de História, mas que seja capaz de situar quem está falando, porque está falando, quem está por trás, em que contexto foi dito.

Acho que é isso, reafirmar aqui o potencial transformador do ensino de História, mas sem também nos frustrar excessivamente, afinal, poderíamos pensar que o ensino de História fracassou pois estamos no governo Bolsonaro. Se a História tivesse sucesso não estaríamos vivendo tudo isso. Aí a realidade é muito complexa, não depende só dos professores e da educação básica. É importante dizer isso pois às vezes eu vejo professores se frustrando *tudo isso para chegar no momento em que estamos vivendo*.

É um fator, mas é uma realidade muito complexa.

**Tempo & Argumento:** *Aproveitando essa parte final em que você veio falando do trabalho da História, de metodologias, enfim... Como podemos fazer História de um evento que se refaz a cada novo dia? Quais os desafios e vantagens de se fazer História imediata? Pensando o Escola Sem Partido como um projeto ainda em discussão...*

**Fernando de Araújo Penna:** Assim como você que está pesquisando sobre o tema, nós estamos construindo um objeto de pesquisa. Antes de 2015, pelo menos em levantamentos que tenho feito, não encontrei artigos acadêmicos discutindo sobre o Escola Sem Partido, era algo que não se constituía enquanto um objeto do nosso campo, apesar de ser um movimento que já tinha surgido em 2004.

Existe um movimento em tentar construir esse objeto, que está em constante mudança. Vou tentar separar os impactos, para depois tentar pensar nesse objeto de pesquisa em constante mutação. Vou falar da questão mais ampla, política, e depois falamos sobre o objeto de pesquisa.

Sobre os impactos, primeiro destacar o seguinte: é importante separar, distinguir, a existência do projeto, pois muita gente vê o Escola Sem Partido somente como o Projeto de Lei, ou os projetos que estão na Câmara, Senado, Assembleias Legislativas e Municípios. É preciso entendê-lo como algo maior. Numa primeira escala, seria interessante pensá-lo como um movimento e, simultaneamente, estou pensando também como um objeto de pesquisa.

O primeiro movimento que eu fiz na tentativa de construção desse objeto foi esse. Inicialmente, a preocupação era com o Projeto de Lei, e eu entendi como historiador que não, não posso falar de um artefato no plural sem falar do movimento que levou a construir. Amplia-se isso para pensar o Movimento Escola Sem Partido.

Conforme eu fui ampliando, fui vendo que não basta entender somente o Movimento Escola Sem Partido, eu preciso entendê-lo como parte de um momento que muitos autores estão chamando de uma “onda conservadora”, e tem diferentes nomes para pensar sobre isso, mas nos artigos atuais eu falo sobre um discurso reacionário, que tem adesão de uma parcela significativa da sociedade.

Mas por que é importante dizer isso para pensar nesses impactos? Para entender que não se trata só da discussão sobre o projeto – a discussão sobre o projeto de lei é importante. Nós tivemos, ao longo

dos anos, a apresentação de mais de 200 projetos pelo país, tanto projetos tipicamente Escola Sem Partido, que recorrem ao modelo criado pelo advogado Miguel Nagib disponibilizado no site do movimento, quanto projetos antigênero, que têm diferentes nomes, mas são projetos que tentam proibir a discussão de gênero... e nós tivemos a aprovação desse projeto em números significativos de municípios pelo país, tanto ESP quanto antigênero, mas só um estado aprovou a Lei Escola Sem Partido, com o nome Escola Livre, que foi o estado de Alagoas.

Foram apresentadas ações de inconstitucionalidade e este ano tivemos uma boa notícia: primeiro foi a decisão sobre uma lei antigênero de Novo Gama / Goiás; uma decisão do STF considerou a lei municipal antigênero inconstitucional e, depois, tivemos decisões sobre leis semelhantes em outros municípios e, além disso, recentemente tivemos uma decisão do STF relativa à ação de inconstitucionalidade da lei Escola Livre de Alagoas. Essa é uma vitória importante, pois é uma lei, seguia os moldes do Escola Sem Partido em âmbito estadual e foi considerada inconstitucional.

Mas o problema é que eu já vivi várias vezes várias “mortes do Escola Sem Partido”: *ah agora é inconstitucional, então acabou!*. Já tinha acontecido isso com a decisão do Barroso<sup>6</sup> lá atrás, a decisão monocrática. É importante também dizer que é óbvio que é uma vitória importante na luta contra o Movimento Escola Sem Partido, mas, se ainda continua existindo uma parcela significativa da população que adere a esse discurso e acha que aquilo tudo está em prática e já é lei, ou que já esteja na Constituição, significa que ainda existe a necessidade de lutar no espaço público, na opinião pública, para desconstruir essas ideias.

O mais significativo, a meu ver, independe ou não da aprovação dos projetos de lei, que é essa adesão de pais ao discurso reacionário, pois eles já atacam e perseguem os professores como se aquelas ideias estivessem valendo, como se já fosse lei, e nesse movimento de perseguição muitos professores, que não têm apoio de colegas, estão sozinhos, começam a se autocensurar. Eu tenho escutado muitos casos pelo país inteiro; em todo lugar, eu escutava sobre um caso de

---

<sup>6</sup> Ministro Luís Roberto Barroso do Supremo Tribunal Federal.

perseguição e muitas narrativas de professores se autocensurando. Essa é uma consequência negativa do fenômeno.

E não se trata de julgar esses professores que estão se autocensurando. Há uma história que eu uso sempre para exemplificar isso: no contexto de segundo turno da eleição presidencial de 2018, eu e um grande colega agendamos, na Faculdade de Educação da UFF, um evento para o dia seguinte, na segunda-feira após o segundo turno da eleição, um evento o qual o título foi “Educação democrática em contexto antidemocrático”, que foi uma catarse! Imagina, o dia depois da eleição do Bolsonaro<sup>7</sup>, acabou que ninguém tinha cabeça para dar as aulas, todos estavam muito abalados, a Faculdade desceu inteira para o auditório e foi um debate muito bacana, animado, de reafirmar esse compromisso...

Eu e meu colega de mesa éramos dois professores universitários, homens, brancos, e dizíamos *precisamos continuar, precisamos reafirmar nossos compromissos com a educação democrática e a escola pública*, aquilo tudo. Ótimo. Mas em meio ao debate estava uma estudante, recém-formada, ex-aluna minha e professora de História, mulher negra e disse *olha, eu estou numa escola e não tenho apoio de nenhum colega para discutir essas temáticas, como racismo, sou ameaçada por pais, então eu tenho medo pelo meu corpo*. Isso é algo que eu tenho refletido muito, que não se trata de julgar o professor que está se autocensurando pois tem medo de consequências muito graves. Não sou eu que vou dizer para essa professora negra, que está numa escola onde não tem apoio de ninguém, que continue fazendo, porque depois ela pode sofrer consequências psicológicas e perseguição, que podem inclusive chegar a uma agressão física.

Acho que o nosso desafio enquanto coletivo, do campo do Ensino de História, professores de Educação Básica, professores de Ensino Superior, ANPUH<sup>8</sup>, ANPED<sup>9</sup>, grupos de pesquisa, é criar essa rede de solidariedade que dê sustentação para que esses professores possam continuar fazendo o seu trabalho. Os professores que resistem... há professores que resistem pelo país inteiro, eles resistem pois têm redes de solidariedade docente, ou seja, outros professores que apoiam, uma equipe que apoia, uma direção que apoia, um grupo de

---

<sup>7</sup> A eleição de Jair Bolsonaro para Presidente do Brasil aconteceu no segundo turno das eleições, no dia 28 de outubro de 2018 com 55,13% dos votos válidos.

<sup>8</sup> Associação Nacional de História.

<sup>9</sup> Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.

pesquisa, um movimento social, um sindicato, um partido, o que quer que seja.

Esse é um dos nossos desafios. O principal impacto, para mim, continua sendo esse contexto que oprime esses professores, que não deixa com que trabalhem de uma maneira – como eles julgam – pertinente, de acordo com a sua formação. Nosso desafio é fortalecer essas redes de solidariedade docente e também avançar no debate público para garantir essa possibilidade dos professores continuarem fazendo seu trabalho e discutindo temáticas, que eu vejo, e pensando no campo da História, como deveres de memória. São deveres de memória. Se você pegar a definição de deveres de memória, simplificando ao extremo, é um compromisso ético de trazer à tona, para as nossas aulas, nossas discussões, as vozes dos grupos que foram silenciados, que tiveram seus direitos humanos mais básicos desrespeitados ao longo de algum período histórico, inclusive o presente.

E nesse movimento já falei um pouco sobre essa dificuldade de construir um objeto que está em constante movimento, por exemplo, hipoteticamente falando: você está estudando o Escola Sem Partido, e aí tem uma decisão do Supremo, o advogado Miguel Nagib diz que vai sair do movimento, efetivamente fechou a página do Facebook e parece que não vai mais se engajar. O seu objeto morreu? Tudo depende de como você constrói esse objeto, se estiver preocupada com um discurso reacionário mais amplo, claro que não. Essa é a dificuldade de se trabalhar com uma História do Tempo Presente.

Um exemplo concreto: no ano passado (2019) o advogado Miguel Nagib falou *fechei, não tenho apoio* – o Bolsonaro se elegeu dizendo que iria impor o Escola Sem Partido, mas não deu apoio nos primeiros momentos – *fechei o movimento, vai acabar o Escola Sem Partido no dia 1º de Agosto*. Era um movimento para conseguir apoio, queriam que o Bolsonaro assinasse alguma coisa, o que acabou não acontecendo, mas eles conseguiram apoio de empresários e o movimento se profissionalizou muito, as redes sociais se tornaram mais ativas, no Twitter etc. E agora você tem de novo ele falando *vou fechar*. O que você faz? Entende isso como uma fala sincera ou é mais um movimento para pressionar atores políticos a questionarem o Supremo?

Como você está fazendo História do Tempo Presente, só o tempo vai dizer qual é a resposta. São dificuldades de trabalhar com temas de História imediata.

**Tempo & Argumento:** *E aproveitando a sua fala sobre esse movimento conservador, no prólogo do livro O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil, o qual você escreveu um dos capítulos, Gregório Duvivier escreve que “toda vez que mataram, escravizaram e torturaram no Brasil foi em nome de Deus, da Pátria e da Família”. Essas três palavras – Deus, Pátria e Família – são os pilares do discurso reacionário que envolve esse movimento e são mobilizadas para subverter o papel dos professores. É possível perceber, na atualidade, estratégias de enfrentamento mais relevantes em termos políticos?*

**Fernando de Araújo Penna:** Eu vou pensar muito com base na minha experiência.

Lembro quando fui chamado para o primeiro debate contra o Miguel Nagib, foi no canal Futura<sup>10</sup>, o primeiro presencial, depois tivemos outros. Muitos colegas questionaram: *Fernando, você está dando palco, quando você vai num debate com Miguel Nagib, você está legitimando a fala dele, está dando palco para esses conservadores, reacionários*, e eu acho que aqui tem um equívoco que se relaciona com a necessidade de discutir estrategicamente esse aspecto na nossa postura. Veja bem: o programa era do canal Futura, sobre o Escola Sem Partido, não era sobre a educação democrática, não era sobre gênero e sexualidade. Se eu não aceito ir por achar que estaria comprometendo minha integridade acadêmica, ou que estaria legitimando o discurso dele, estaria deixando de ir em um debate público, que vai circular, de fazer um contraponto. Se eu não fosse, quem iria? Será que teria uma outra pessoa que estivesse estudando o movimento para fazer esse contraponto? Não sei.

Mas eu defendo que nós precisamos sair – e aqui tem um pouco de História Pública – também da academia. Se a minha resposta fosse negativa, eu teria escrito artigos científicos só sobre Escola Sem Partido em revistas. Academicamente, de uma maneira muito restrita em termos de Lattes – já havia passado de 300 palestras pelo país inteiro

---

<sup>10</sup> O debate completo pode ser acessado neste link: <https://www.youtube.com/watch?v=J2v7PA1RNqk> Acesso em 27/10/2020.

–, isso não conta em absolutamente nada para me credenciar na Pós-Graduação ou algo assim. Ir em audiências públicas ou semelhantes é algo que não é valorizado academicamente, mas acho que temos que fazer. Por que? Eu não acho que o Miguel Nagib vai olhar e pensar *Fernando, você tem razão, eu estou errado*; não, ele não ia mudar de ideia e nada que ele falasse, absolutamente nada, ia me fazer defender um Projeto que eu já estudei e o qual acompanhei a atuação.

Então por que ir? Eu não queria persuadir o Miguel Nagib, mas sim quem assistiu o programa. Eu não vou em uma audiência pública na Câmara e no Senado porque quero convencer o Deputado Eduardo Bolsonaro, ou Silas Malafaia, ou qualquer outro. Eu vou pois pessoas vão assistir esse debate. Então eu acho importante ter ido em todos os debates aos que fui convidado, debati com Miguel Nagib em audiência pública, em programa de TV, em debates de escolas, Senado, Câmara, todos eu fui. Agora, eu não acho legítimo, por exemplo, chamar o Miguel Nagib para discutir ensino de História em um evento de História, pois ele não tem legitimidade nenhuma para falar sobre isso academicamente. Mas no debate público nós temos que fazer esse enfrentamento.

Há um texto que escrevi para o livro *Educação democrática: antídoto ao Escola Sem Partido*, organizado por mim, Gaudêncio Frigotto e Felipe Queiroz, e o título é *Estratégias em defesa a educação democrática*<sup>11</sup>, em que exponho essas experiências que vivi nos últimos anos e penso teoricamente essas estratégias, sobre por que ir nesses debates, usando a teoria política do discurso do Ernesto Laclau<sup>12</sup> e da Chantal Mouffe<sup>13</sup>.

<sup>11</sup> Coletânea de textos que confrontam os deveres e obrigações de uma escola, tais quais previstos na Constituição de 1988, conquistada com a redemocratização, com o viés ideológico contido no projeto Escola sem Partido. Os autores transitam por áreas do conhecimento como pedagogia, história, direito, filosofia e sociologia, demonstrando as consequências da implementação do referido projeto não só para a educação, mas para a conjuntura da sociedade brasileira. A obra aponta para a educação pública, laica e universal como o real antídoto democrático diante da possibilidade de censura ou limitação do papel do professor. A publicação dialoga diretamente com outra do Laboratório de Políticas Públicas: *Escola sem partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*, organizada por Gaudêncio Frigotto.

<sup>12</sup> Ernesto Laclau foi um teórico político argentino, frequentemente considerado pós-marxista. Pesquisador e professor da Universidade de Essex, recebeu o título de Doctor Honoris Causa de várias universidades: Universidade de Buenos Aires, Universidade Nacional de Rosário, Universidade Católica de Córdoba, Universidade Nacional de San Juan e Universidade Nacional de Córdoba.

<sup>13</sup> Chantal Mouffe é uma cientista política pós-marxista belga. Desenvolve trabalhos na área da teoria política. Estudou em Lovaina, Paris e Essex e tem trabalhado em várias universidades na

Pensando politicamente, essas demandas não são legítimas e demandas ilegítimas dentro de um regime democrático precisam ser percebidas assim pela sociedade. Precisamos mostrar para esse aluno que provoca, que te questiona quando você fala sobre feminismo, que estudar feminismo é parte do ensino de História, é um conteúdo previsto, importante. Porém, não adianta ter isso aprovado em um documento curricular, é importante também que no debate público isso tenha clareza.

Pensando sobre estratégias, eu tenho insistido muito nessa nossa atenção ao debate público. Não basta fazer só academicamente, não basta só enfrentar no STF o Projeto.

*Tempo & Argumento: Pensando a questão do debate público, da participação em outros espaços, como você analisa a relação entre a emergência do Escola Sem Partido e as novas mídias no tempo presente?*

**Fernando de Araújo Penna:** Certamente eles surfaram muito nessa onda. O primeiro texto que eu escrevi foi sobre isso. Quando comecei a acompanhar o Escola Sem Partido, em 2015, eu não tinha nem Facebook, nenhuma rede social, era um “excluído digital”, digamos assim.

Lembro que parei com duas estudantes do meu grupo de pesquisa e falei *me ajuda a criar um perfil de Facebook aqui, que eu vou ver que história é essa*. Eu já tive Facebook antes, tinha apagado, mas não estava vivendo isso fazia um tempo. Quando entrei, fiquei absolutamente chocada, porque a faceta real do Movimento Escola Sem Partido você não encontra no Projeto de Lei, você encontra no site e nas redes sociais. Ali o ódio é destilado de maneira brutal.

Eu entendo que eles tiveram uma adesão e um crescimento muito grandes inclusive por conta dessa dinâmica específica das redes sociais e dessas novas mídias. Nessas plataformas, um discurso polarizador que mobiliza ódio com um inimigo claramente definido tem um compartilhamento muito rápido, colocando os professores como inimigos a serem combatidos.

Esse discurso polarizador é muito simples, ele mobiliza dizendo *ocê é meu amigo* e *ele é seu inimigo*. É como se o professor quisesse corromper a sua filha. Sempre que vão falar de corrupção falam de filhas, mas não querem discutir gênero. Entendo que esse discurso tem força nas redes sociais porque opera com dicotomias amigo/inimigo e tem uma adesão muito rápida, tanto que a página do Escola Sem Partido estava chegando já a 200 mil seguidores no Facebook por exemplo, não sei se é o número mais recente<sup>14</sup>.

Então, tem um papel importantíssimo, eles crescem nas redes sociais; o site deles é muito irrelevante, pouco atualizado. É a atuação no Facebook num primeiro momento, que foi a principal plataforma até recentemente, e agora eles estão fazendo um movimento de profissionalização do Twitter. E isso nos revela um dado – e levando em conta um pouco da minha experiência debatendo com essas pessoas que aderem – esse discurso de ódio, reacionário, que defende uma Escola Sem Partido, é muito forte e poderoso nas redes sociais pois opera com memes – memes que analiso no texto *Ódio aos professores* –, mas, ao mesmo tempo é muito frágil quando você encontra presencialmente.

Eu gosto sempre de entender a força desse discurso reacionário que opera com essa polarização, com essa dicotomia e a sua fraqueza. Para eles é muito fácil aderir e defender com base em memes, atacando professores, mas na hora de argumentar em algum espaço, essas pessoas desmancham, e existem vários exemplos. A única pessoa defensora do Escola Sem Partido que tem uma argumentação minimamente coerente, apesar de repetitiva, é o advogado Miguel Nagib. Ele não escuta o que eu falo, ele nunca responde o que eu pergunto, mas pelo menos tem uma argumentação coerente. De resto, só ataques e grosserias.

A nossa força está em investir em um debate público com argumentação. Se formos para o campo dos memes, estaremos trabalhando com essa dicotomia fácil. O advogado Miguel Nagib não é meu inimigo, eu quero derrotar o discurso e o Projeto.

---

<sup>14</sup> Em uma breve pesquisa no site oficial do Escola Sem Partido, não foi possível encontrar o link de direcionamento para a página no Facebook, apenas para o Twitter (<https://twitter.com/escolasempartid/media>), que possui 121,8mil seguidores e para o YouTube (<https://www.youtube.com/channel/UCTLixRJaYAtf44baThOMN6A/featured>), que possui 3,87mil inscritos. Acesso em 27/10/2020.

**Tempo & Argumento:** *E pensando na questão de uma construção metodológica, eu gostaria de passar para uma pergunta de cunho mais técnico. Os debates em torno da construção da BNCC foram bem complexos e geraram diversos embates. É possível afirmar que a tendência tecnicista da Base está relacionada com as ideias defendidas pelo MESP? Se sim, quais os reflexos para a sociedade brasileira a longo prazo?*

**Fernando de Araújo Penna:** Aqui, nós precisamos entender uma complexidade: quando eu estou falando do Movimento Escola Sem Partido é mais fácil categorizá-lo como um discurso reacionário; agora, na disputa que envolve a BNCC, o projeto reacionário de educação – e estou usando aqui um texto do professor Luiz Antônio Cunha da UFRJ, que é a minha referência para falar sobre reacionarismo – nem sempre conjuga com outra linha de pensar a educação, que é algo que podemos chamar de projeto neoliberal.

Porém, falar de “projeto reacionário” ou “projeto neoliberal” para a educação são abstrações. Estamos falando de grupos heterogêneos, mas que têm pautas claras. Eu tenho insistido, desde que participei da discussão da BNCC, lá em 2015–2016, que o ator principal na elaboração da BNCC naquele contexto, segundo mandato da então presidenta Dilma Rousseff, eram os reformadores empresariais da educação – para usar um termo do professor Luís Carlos de Freitas da UNICAMP, que na verdade é um conceito de uma autora estadunidense. A intenção era pensar a educação dentro daquele modelo de um currículo padronizado, com avaliações que pudessem depois dizer quem tem sucesso e quem não tem, toda aquela lógica meritocrática, tanto que a minha interpretação é que em um primeiro momento eles devem ter pensado: *olha, pega quem quiser da área de História, escreve aí a Base se for o caso*. Esses reformadores empresariais estavam preocupados com o formato, naquele formato de objetivos de aprendizagem numerados que poderiam gerar uma avaliação de larga escala, sem citar área, para responsabilizar escolas e professores pelos resultados.

Na minha opinião não havia muita preocupação, tanto que eles deram realmente uma autonomia para o campo. Agora, qual é o problema? No meio desse caminho, nós precisamos tentar traçar um histórico: segundo mandato de Dilma, entre final de 2014 e início de 2015, esse é o momento que as pessoas começam a falar em uma “onda

conservadora”. O termo onda conservadora surge em um texto do Guilherme Boulos na Folha de São Paulo em 2014<sup>15</sup>, e ele remete isso a 2013. É justamente desse contexto que estamos falando aqui.

O Escola Sem Partido estoura em 2016 e é nessa onda conservadora que eles estão ganhando força, no movimento de disputa pela BNCC. A partir de então vem uma negociação, uma tensão entre os grupos tipicamente neoliberais, esses reformadores empresariais da educação, que são grupos que defendem essa lógica meritocrática, mas que às vezes, no campo moral não têm problemas com a discussão de gênero – uma discussão de gênero não pensada na chave da interseccionalidade, a qual envolveria raça, gênero, classe –, mas sim uma discussão de gênero descolada, bem naquela lógica de aprimoramento individual.

Os reacionários estavam com força total em 2016 e começaram a pressionar para que a BNCC tirasse a discussão de gênero, que inclusive estava presente nas primeiras versões. O que temos é: o que eu estou te dando é uma resposta nuançada, pois é mais complexo do que isso. Esses grupos reacionários impactam a BNCC sem dúvida, pois ela está sendo aprovada e discutida entre 2016-2017, e num movimento o qual eles estão fortalecidos.

Ali, nós temos um grupo reformador empresarial que quer a BNCC naqueles moldes, e acho que não estavam muito preocupados com os objetivos específicos de cada área, só que vem um grupo reacionário falando *não, ideologia de gênero* – que é o termo que eles usam pra falar da discussão de gênero; teria que desdobrar essa discussão, mas é uma campanha transnacional etc. –, e aí é preciso negociar com esses grupos, e é dessa negociação que nasce a versão final da BNCC, que eu acho que tem o poder de desagradar a todos, pois é um documento muito problemático.

Então eles mudaram, sim, os rumos da BNCC, mas precisamos entender que é algo mais complexo, pois a lógica que vinha operando e determinando, pautando esse caminho, era mais a lógica desses reformadores empresariais.

---

<sup>15</sup> <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/guilhermeboulos/2014/10/1529543-onda-conservadora.shtml> Acesso em 27/10/2020.

Tempo & Argumento: *Eu gostaria de saber, também, se você conhece ou se é possível perceber, movimentos semelhantes ao ESP em outros países? Se sim, quais as semelhanças e diferenças entre eles?*

Fernando de Araújo Penna: Como eu estava falando, o Escola Sem Partido cresce quando começam a atacar a questão de gênero, pois a perseguição à discussão de gênero fortaleceu o Escola Sem Partido e não o contrário, isso é importante de entender; tanto que, se você olha o primeiro Projeto Escola Sem Partido nacional, o PL 867/2015<sup>16</sup>, não tinha proibição ao gênero; já o Projeto apresentado ao Senado, o PLS 193/2016<sup>17</sup>, já trazia discussão contrária ao gênero, apresentada pelo Magno Malta<sup>18</sup>.

O Escola Sem Partido adere à perseguição de gênero para crescer. É importante entender que essa perseguição antigênero é uma campanha transnacional que surge dentro da Igreja Católica na segunda metade da década de 1990 e se espalha por diversos países da Europa, da América, chegando também ao Brasil. Nesse movimento transnacional, essa perseguição acontece em diferentes países da América Latina. Tem um documentário bem bacana, o nome é *Gênero sob ataque*<sup>19</sup>, que mostra como isso acontece na América Latina.

O ataque ao gênero não é uma originalidade brasileira, o termo “ideologia de gênero” até acho que seja uma maneira local de lidar com isso, o termo não aparece assim em outros lugares; por exemplo, na França, eles usam o termo “gender”, em inglês, para mostrar que é uma ideologia *alienígena*, como se não fizesse parte. O próprio Escola Sem Partido surge copiando uma iniciativa internacional, um site que já existia nos EUA chamado *No indoctrination*<sup>20</sup>.

Era um site estadunidense que recebia denúncias de supostos professores doutrinadores em sala de aula, porém é uma influência, surge também na Alemanha; recentemente, o Partido Alemão criou um portal para os estudantes denunciarem os seus professores; tem iniciativas semelhantes. O site do Escola Sem Partido não é nada original. Agora, uma diferença: se você compara o conteúdo do site do ESP com o site de origem, o *No indoctrination*, a diferença é que o site

<sup>16</sup> <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668> Acesso em 27/10/2020.

<sup>17</sup> <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/125666> Acesso em 27/10/2020.

<sup>18</sup> Ex-Senador ligado à ala Evangélica.

<sup>19</sup> O documentário completo pode ser assistido através deste link: [https://www.youtube.com/watch?v=Aj3St\\_zUM7M](https://www.youtube.com/watch?v=Aj3St_zUM7M) Acesso em 27/10/2020.

<sup>20</sup> O site não está mais disponível.

estadunidense parece muito mais liberal, está defendendo diferentes posições, contra a doutrinação. Enquanto o “ESP”<sup>21</sup> é o ódio.

Falando sobre objeto de pesquisa e metodologias, a minha pesquisa tem usado muito o Internet Archive e também um portal chamado Wayback Machine, que permite que você veja versões anteriores do site, desde a sua fundação. Esse tem sido um dos documentos principais, pois nas redes sociais nós não conseguimos recuperar as postagens anteriores da época; eles tinham uma página no Orkut, depois foi para o Facebook, mas, por isso, a página se torna para nós um documento importantíssimo; para a História, principalmente os primeiros 10 anos do movimento, do surgimento do Projeto de Lei.

Antes, ideias de Projetos de Lei com as características do Escola Sem Partido não eram comuns, agora já estão surgindo aqui na América Latina, há iniciativas similares – não sei se por exportação nossa –, mas, há muitos paralelos com esses outros países. O principal ponto em comum é o combate à discussão de gênero e sexualidade. A ideia de um Projeto de Lei com essas características, de colocar em todas as salas de aula do país um cartaz, é algo que eu não vejo muitos paralelos.

Há influências, há um diálogo com um movimento transnacional, essa onda conservadora que nós falamos aqui no Brasil não está acontecendo só aqui; nós sabemos do impacto dessas novas mídias na difusão do que agora chamamos de *fake news*, desses discursos de ódio, mas, tem algo que é muito específico do Brasil, uma apropriação que é bem característica, com semelhanças e diferenças.

*Tempo & Argumento: Inclusive essa questão de gênero é bem marcada. A professora Jimena Furlani, aqui da UDESC, fala sobre a origem dessa perseguição ao gênero; há entrevistas e textos abordando o termo “ideologia de gênero” e como ele surge na América Latina, posteriormente vindo para o Brasil e influenciando o ESP...*

**Fernando de Araújo Penna:** São dois pesquisadores que eu recomendo para entender esses fenômenos: Jimena Furlani<sup>22</sup> e Rogério Junqueira<sup>23</sup>...

<sup>21</sup> Sigla para Escola Sem Partido.

<sup>22</sup> Doutora em Educação (UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - 2005) na Linha de Pesquisa Educação, Relações de Gênero e Sexualidade. Professora Efetiva da UDESC (Universidade do Estado de Santa Catarina), desde 1994, na FAED (Centro de Ciências Humanas e da Educação). <http://lattes.cnpq.br/4966632079728216> Acesso em 27/10/2020.

<sup>23</sup> É pesquisador do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

**Tempo & Argumento:** *Em um artigo publicado em 2018, na revista Quaestio, sobre o aspecto antipolítico e antidemocrático do ESP você sugere, na conclusão, um apelo ao diálogo. Gostaria de ouvir um pouco mais sobre quais as formas de construirmos, enquanto professores e alvo direto, um diálogo com quem se identifica com este movimento.*

**Fernando de Araújo Penna:** Eu já fui em vários debates do campo progressista, só progressistas na mesa, só pessoas do meio acadêmico, docente e, várias vezes, ouvi colegas falando *com fascistas não tem diálogo, com fascista é violência* ou *você não tem como dialogar com um fascista...* Não estou questionando que se deva dialogar com fascistas, mas, a minha pergunta é: será que todos que aderem ao ESP são fascistas?

Lembro que fiquei muito chocado quando fui dar uma palestra, em um evento da ANPUH, não lembro em qual estado do Nordeste, e um especialista em fascismo chamado Manuel Loff<sup>24</sup>, historiador português, assistiu a minha palestra. Ao final do evento, nós conversamos e ele disse: *Fernando, os memes que você mostrou são muito semelhantes aos cartazes do fascismo.* Quando eu ouvi um especialista em fascismo, historiador, falando isso, eu pensei: *bom, aí tem!*

Eu não estou negando que existam ali elementos, estratégias, características do fascismo histórico, há um espectro. Eu acho que esse discurso reacionário quando opera com a dicotomia amigo/inimigo, o professor é alguém que coloca em risco a identidade dele, então não se dialoga com essa pessoa, essa pessoa precisa ser eliminada, essa é a ideia. Muitas pessoas que aderiram a esse discurso reacionário já se fecharam totalmente para o diálogo. No debate público, acredito que precisamos entender que existe esse grupo que não está mais aberto ao diálogo; nada que você fale vai mudar o que eles pensam, pois vêem em você um inimigo, mas, existem muitas pessoas que estão abertas ao diálogo, que te escutam.

Vou dar um exemplo concreto... Fui convidado para um debate contra o Miguel Nagib, aqui no Rio de Janeiro, promovido por uma escola particular, em um domingo de manhã, num grande teatro da Zona Sul – que é a zona rica do Rio de Janeiro. Eu pensei: *qual é o estudante*

---

Possui graduação em Comunicação pela UnB e doutorado em Sociologia das Instituições Jurídicas e Políticas pelas Universidades de Milão e Macerata (Itália). Realizou pós-doutorado junto ao Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos e Cidadania no CEAM/UnB. <http://lattes.cnpq.br/9642237954016174> Acesso em 27/10/2020.

<sup>24</sup> Para mais informações: <https://ihc.fcs.unl.pt/manuel-loff/> Acesso em 27/10/2020.

*que vai para um debate sobre o ESP domingo 9h da manhã? Mas ok, vamos lá.* Coloquei meu terno e fui, com expectativas baixas. Quando cheguei no teatro ele estava lotado, com 1.300 jovens, ao lado da praia no Rio de Janeiro em uma manhã de domingo!

O debate aconteceu, e a grande diferença está na maneira como eu debato e como ele e outros do campo reacionário debatem. Eu anoto tudo o que ele fala e quando chega a minha vez vou desconstruindo cada ponto; ele sempre repete a mesma coisa e não dialoga com o que eu falo. E qual é a moral da história? Não é a diferença entre o meu posicionamento e o dele, mas sim o público. Ou seja, eu não fui para aquele debate para convencê-lo, mas ali um grupo de estudantes que defendia o projeto mudou de opinião. Por isso o meu apelo ao diálogo.

Quando fui criticado por ir em audiências, em debates, sempre havia aquele discurso de que eu estaria legitimando essas figuras. Eu respondo: o debate não é com essas figuras e sim com o público que está escutando. O vídeo do debate no canal Futura tem muitas visualizações e até hoje continua circulando, as pessoas continuam assistindo, eu recebo mensagens de pessoas dizendo que usam com as suas turmas, mesmo que o debate tenha acontecido há quatro anos.

Isso se aplica também a uma escala maior; nós temos que investir em produzir História Pública, temos que ir para esses debates – claro que com limites, pois cada um sabe da sua segurança –, mas, eu acho importante esse apelo ao diálogo – e eu analiso isso usando a teoria do discurso nesse artigo que você citou. Ou seja, ter diferentes posições faz parte da democracia e é importante que nós tenhamos as diferentes posições, o que é ilegítimo é quando alguém coloca o outro não como adversário, mas como inimigo. Nós não podemos fazer o mesmo, eu não considero o advogado Miguel Nagib como meu inimigo. Se nós achamos ilegítimo condenar e atacar o professor como inimigo, não podemos fazer o mesmo com quem pensa diferente de nós. Mas, é lógico que isso não se aplica a posturas ilegítimas em um debate democrático, pois se tem alguém defendendo a morte do outro, essa pessoa está assumindo uma demanda que é ilegítima num regime democrático. No meio disso tudo, tem muita construção política que precisamos fazer e por isso o apelo ao diálogo.

**Tempo & Argumento:** *Quais outros pesquisadores estão produzindo a respeito desse tema? Você conhece trabalhos em desenvolvimento, especialmente na área de História? Poderia indicar algumas referências para o desenvolvimento do trabalho que pretendo realizar?*

**Fernando de Araújo Penna:** Eu tenho recorrido muito à discussão sobre conservadorismo, reacionarismo, relação entre neoliberalismo e conservadorismo. Também tenho lido muito sobre interseccionalidade, decolonialidade, que se aplicam mais para fazer a discussão sobre educação democrática.

Aos textos da Wendy Brown<sup>25</sup>, que discute neoliberalismo entendendo a dimensão reacionária e como ele ajuda a destruir a democracia, para mim são textos que têm ajudado muito.

Aqui no Brasil, os textos do Luís Felipe Miguel que falam sobre o ressurgimento da direita têm sido muito úteis, inclusive ele tem um texto específico sobre o ESP; os textos do Rogério Junqueira e da Jimena Furlani sobre ideologia de gênero são essenciais para entender esse movimento, bem como os textos do Fernando Seffner.

Sobre propriamente o ESP, eu tenho produzido bastante. Tem uma dissertação que foi defendida agora há pouco, do Diogo Salles, que foi meu orientando no Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, em que ele analisa o impacto no Ensino de História; a dissertação do Renan Rubim, que defendeu no Programa em História da UFF, sobre o ESP e o Professores contra o ESP, uma dissertação brilhante; há o trabalho da Fernanda Moura, a dissertação do ProfHistória, que é um dos principais trabalhos e dos mais antigos.

E agora também tenho ido para outro campo, quando faço essa discussão da educação democrática a minha referência é um autor chamado Gert Biesta<sup>26</sup>, que tem livros que falam especificamente sobre educação democrática e foi através desse autor que eu cheguei em algo que, para mim continua sendo uma referência essencial, que é a teoria política do Ernesto Laclau e da Chantal Mouffe, uma teoria do discurso que é essencial na compreensão de todos esses fenômenos.

---

<sup>25</sup> Professora de Ciência Política estadunidense.

<sup>26</sup> Filósofo de Educação contemporânea, pedagogo e autor na área da Educação. Seu trabalho é baseado na Teoria da Educação e na Teoria e Filosofia da Pesquisa Educacional e Social, com interesse em ensino, professores, currículo, política educacional, cidadania e democracia.

## Referências

PENNA, Fernando de Araújo. A defesa da “educação domiciliar” através do ataque à educação democrática: a especificidade da escola como espaço de dissenso. LES, Teresina, Ano 24, n. 42, mai./ago. 2019.

PENNA, Fernando de Araújo. O discurso reacionário de defesa do projeto “Escola sem Partido”: analisando o caráter antipolítico e antidemocrático. Quaestio - Revista de Estudos em Educação, v. 20, n. 3, 17 dez. 2018.

PENNA, Fernando de Araújo. O discurso reacionário de defesa de uma “escola sem partido”. In.: O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil / Esther Solano Gallego (organização. 1ª ed. – São Paulo: Boitempo, 2018.